PORTARIA N.º 17.754, DE 06/10/2021.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL COM O OBJETIVO DE CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DA PORTARIA N.º 548, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015, DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL, QUE DISPÕE SOBRE OS PRAZOS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PIPCP, DEFINIDOS NOS ARTIGOS 6º E 7º DA PORTARIA STN N.º 634, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013, CUJAS REGRAS APLICÁVEIS ENCONTRAM-SE NO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – MCASP, BEM COMO ESTABELECE A METODOLOGIA PARA A HIGIENIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 3.529, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados os trabalhos da Comissão Especial criada por intermédio da Portaria n.º 17.480, de 31 de maio de 2021, no período de 01 de setembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, pois em razão do volume das informações a serem levantadas, o prazo inicial de 90 dias não foi suficiente para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Fica acrescida aos trabalhos da Comissão Especial a sugestão da criação de normas objetivando atender aos achados pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no Relatório de Auditoria nº 00002/2020-5, **Processo TCE-ES: 15361/2019-2**, a saber:

- a) Normatizar os critérios/metodologia para tratar contabilmente créditos tributários e não tributários a receber que possuem diferentes potenciais de recuperabilidade, estabelecendo os critérios de classificação (*rating*);
- b) Realizar levantamento dos valores para efetuar o desconhecimento contábil dos créditos que não atendem ao critério para reconhecimento do ativo;
- c) Normatizar o Procedimento Contábil inscrição, baixa e ajustes para perda da Dívida Ativa;
- d) Normatizar o fluxo de informações entre a Subsecretaria de Receita e Administração Tributária, a Gerência de Contabilidade e a Procuradoria-Geral, para envio sistemático de informações de forma tempestiva e das informações acerca dos acordos de

parcelamento ou renegociação da dívida ativa, que possibilitem a fixação de datas e valores para os recebimentos futuros.

Art. 3º A Comissão deverá realizar no mínimo 03 (três) reuniões mensais.

Art. 4º Fica substituído o servidor Rian Bolsoni, matrícula n.º 33894 pela servidora Maria de Jesus Massarioli Coutinho, matrícula n.º 22.164, como membra/secretária da presente comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de outubro de 2021.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal